REPRESENTAÇÕES DE PODER DO ESTADO EM PORTUGAL E NO IMPÉRIO

1950 - 1974

Fátima Moura Ferreira
Eduardo Fernandes [eds.]

7 **Introdução**
Fátima Moura Ferreira
Eduardo Fernandes

24 ***O Estado Novo através do País*: obras públicas e imagética discursiva, entre a perenidade e a hibridez**
Fátima Moura Ferreira

47 **A metáfora do Grifo na obra de Januário Godinho: entre modernismo, contextualismo e representação de poder**
Eduardo Fernandes
Rui Pereira

81 **Arquitetura em *contracorrente*: Raúl Rodrigues Lima e a construção de um modelo para os Palácios da Justiça do Estado Novo**
Rui Pereira
Eduardo Fernandes

97 **Monumentalidade, internacionalismo e pluralidade: o Banco Nacional Ultramarino em Moçambique**
Elisiário Miranda

126 **Documentando politicamente a *missão civilizadora imperial*: o arquivo fotográfico da Companhia Diamang**
Márcia C. F. Oliveira

149 **Para uma ideia de liberdade e de democracia: o conjunto de habitação social em Benavente de Vítor Figueiredo (1962)**
Vanda Maldonado

164 **Corporativização do espaço rural: a esfera de ação dos grémios da lavoura no edificado corporativo**
Natália Pereira

179 **Portugal's urban design under the *Estado Novo*: foreign influences before and after the Second World War**
Christian von Oppen

187 **Arquitectura y Estado en España 1950-1975: de la autarquía a la transición**
Antonio S. Río Vázquez

207 **Bibliografia**

220 **Biografias**

Introdução

Fátima Moura Ferreira
Eduardo Fernandes

O livro que se apresenta é resultado do projeto de investigação "Representações de Poder do Estado em Portugal e no Império (1950–1974)", desenvolvido no Laboratório de Paisagens, Património e Território da Universidade do Minho (Lab2PT), entre 2015 e 2017. Este projeto visava dinamizar estudos cruzados entre a arquitetura e a história, a partir da mobilização de interesses, projetos e preocupações individuais, suscetíveis de estimularem abordagens interdisciplinares no quadro de um horizonte comum de problematização: o das representações de poder. Daí que esta publicação deva ser entendida como um exemplar de uma série mais vasta em construção. Esta obra toma por objeto o estudo de expressões do poder do Estado, em diferentes geografias e escalas: da metrópole às colónias, da administração à justiça, dos grémios de lavoura à habitação social, entre 1950 a 1974. As balizas cronológicas são entendidas em sentido amplo. Consubstanciam, por um lado, marcos da entrada em cena num novo ciclo desenhado pelo pós-guerra e, por outro lado, mutações a potenciar pela Revolução de Abril.

A publicação que agora se edita surge na sequência de iniciativas anteriores, filiadas na aposta de criar uma dinâmica interdisciplinar efetiva entre a história e a arquitetura. Disso são exemplo a publicação *A Conquista Social do Território. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português* (2016) e os seminários internacionais "Espaços Corporativos e Escalas Urbanas no Século XX" (27 e 28 de abril de 2015, Braga e Guimarães) e "Representações de Poder do Estado (1950–75)" (2 e 3 de dezembro de 2016, Guimarães).

Este conjunto de iniciativas permitiu potenciar o estudo cruzado das políticas faseadas de fomento e de modernização no curso da cronologia apontada, em termos de distribuição espacial, níveis de investimento e lógicas de interesses. Permitiu ainda a análise de séries recenseadas do edificado coletivo (edifícios de administração, câmaras municipais, palácios de justiça, escolas e hospitais), no horizonte das culturas de modernização postas em ação, examinadas sob o prisma da tensão latente entre o desígnio moderno e a tradição.[1]

Da mancha recenseada, a presente publicação cobre apenas algumas das tipologias do edificado, expressivas do desígnio múltiplo e global perseguido pelo Estado Novo, aqui representado através de um dos seus símbolos maiores: a arquitetura (e o urbanismo), no seu propósito de moldar o quotidiano, presente e futuro. Neste sentido, a estrutura da publicação retoma aparentemente um dos seus vetores capitais: a diluição entre as hierarquias de escala com o fim de espelhar a suposta unidade do todo.

Em "*O Estado Novo através do País*: obras públicas e imagética discursiva, entre a perenidade e a hibridez" interpelam-se discursos e imagens produzidas sobre a ideologia das obras públicas, elegendo-se como espaço de observação privilegiado o *país das pequenas pátrias*, na terminologia vulgarizada pelos nacionalismos da viragem do século XIX e do ciclo de entre guerras. O itinerário analítico proposto toma por foco um conjunto de registos expressivos que mapeiam algumas das linhas de força da ideologia das obras públicas, a partir do pós-guerra, indiciadoras dos sentidos plurais que marcam o objeto em estudo.

Seguem-se dois textos que se complementam mutuamente: "A metáfora do Grifo na obra de Januário Godinho: entre modernismo, contextualismo e representação de poder" e "Arquitetura em *contracorrente*: Raúl Rodrigues Lima e a construção de um modelo para os Palácios da Justiça do Estado Novo". Em ambos os capítulos são analisados os processos políticos, administrativos e técnicos relacionados com as opções de projeto de alguns dos Palácio da Justiça construídos durante o período em estudo. Esta é uma tipologia onde a *Representação de Poder do Estado* tem grande evidência ao longo do arco temporal, quer do ponto de vista dos mecanismos de controlo quer do ponto de vista do impacto público. Foi dada especial enfase à obra de Januário Godinho (no primeiro caso) e Rodrigues Lima (no segundo), os dois arquitetos com obra mais representativa do Ministério da Justiça no período em estudo, não só porque são responsáveis pelo maior número de projetos de tribunais, mas também porque desenharam os edifícios mais emblemáticos, nas cidades de Lisboa e do Porto. Exprimem duas formas distintas de equacionar a representação do poder na arquitetura: mais conservadora, no caso de Rodrigues Lima, e mais flexível, no modo como se interpretam os ditames do Estado Novo, no caso de Januário Godinho.

Seguidamente, mudamos de latitude: os textos "Monumentalidade, internacionalismo e pluralidade: o Banco Nacional Ultramarino em Moçambique" e "Documentando politicamente a *missão civilizadora imperial*: o arquivo fotográfico da Companhia Diamang" abordam a representação de poder do estado nas então chamadas províncias ultramarinas, em diferentes perspetivas. No primeiro, analisa-se a produção arquitetónica do Banco Nacional Ultramarino (BNU) em Moçambique, entre 1950 e 1975, um caso paradigmático de dimensão e qualidade únicas no contexto colonial daquela instituição bancária, exemplo da possibilidade de realização de arquitetura moderna qualificada em contexto colonial. No segundo, a análise do arquivo fotográfico da Diamang sedeado no Museu Nogueira da Silva evidencia a política de imagem dinamizada pela empresa, no contexto da conjuntura internacional do pós-guerra, com o fim de legitimar a sua função civilizadora e assistencial como fundamento do domínio sobre o território.

Os textos seguintes tomam por foco expressões sociais e corporativas materializadas na esfera do edificado. Em "Para uma ideia de liberdade e de democracia: o conjunto de habitação social em Benavente de Vítor Figueiredo" encontramos o exemplo de uma peça particular e relevante da arquitetura produzida por iniciativa do Estado Novo, que confirma que estes foram, apesar de tudo, tempos de diversidade. Em "Corporativização do espaço rural: a esfera de ação dos grémios da lavoura no edificado corporativo" abre-se espaço à problematização dos interesses múltiplos e diferenciados que se jogam na construção de um equipamento de controlo e regulação da agricultura local. O estudo de caso põe em evidência a interceção entre escalas de poder e fins simbólicos e instrumentais perseguidos.

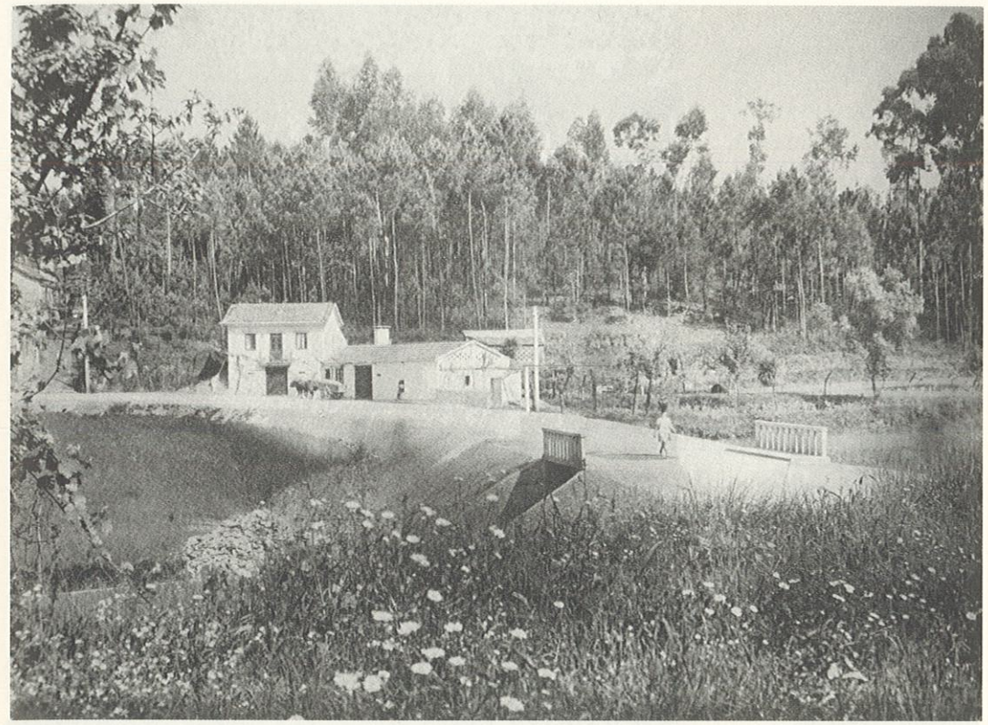
Os textos finais oferecem um olhar exterior sobre as representações de poder do Estado. O primeiro, "Portugal's urban design under the Estado Novo: foreign influences before and after the Second World War", propõe uma visão panorâmica do desenho urbano português, antes e depois da Segunda Grande Guerra. Já o segundo, "Arquitectura y Estado en España 1950–1975: de la autarquia a la transición", examina as relações e os sentidos do binómio poder e arquitetura no país vizinho.

Em síntese, o conjunto de textos aqui reunidos pretende sugerir uma imagem compósita da representação de poder do Estado, sob o signo do Estado Novo. Na diversidade das abordagens propostas reconhece-se a pluralidade de formas e de sentidos que se projetam sobre o edificado à luz de um desígnio uniformizador.

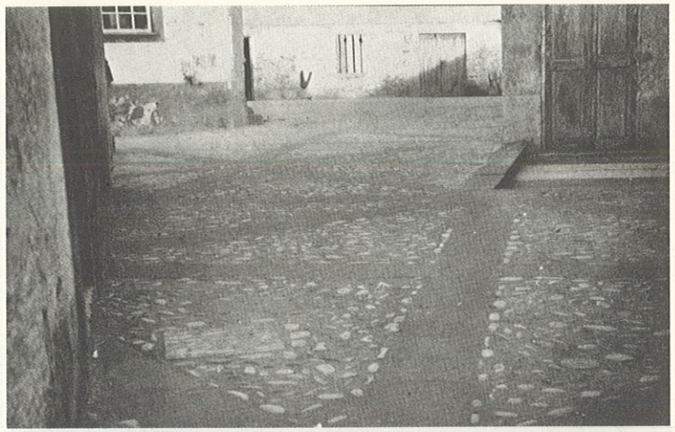
1 Parte do conjunto de estudos que aqui se apresenta fundamenta-se na base de dados elaborada pelos dois bolseiros de investigação que estiveram associados a este projeto, Natália Pereira e Rui Pereira, tendo como base a consulta dos registos do Diário do Governo (entre 01-01-1950 e 30-12-1974) e o Boletim do Comissariado do Desemprego/ Obras Públicas (1950-1971), complementados com outras fontes.

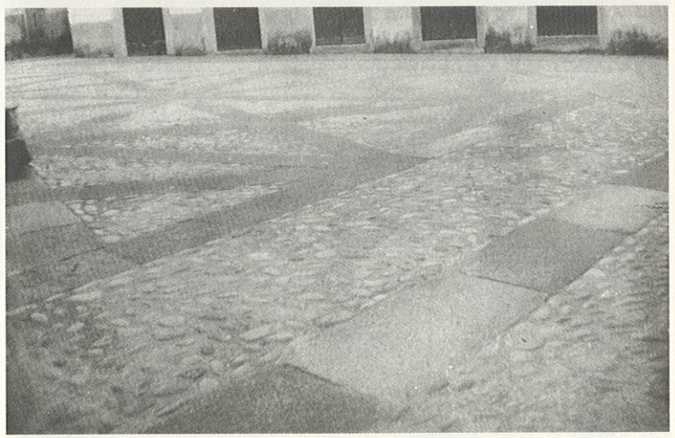
O exercício de desconstrução realizado, individual e globalmente, permite constatar a amálgama de soluções experimentadas e que denotam linguagens conectadas e que se exprimem em diferenças e hibridizações, enquadradas por tonalidades plurais – na linha das investigações que têm sido realizadas nas últimas décadas.

Complementarmente, a análise sumária sobre o papel das instâncias e dos agentes envolvidos nos processos de desenho-aprovação-construção permite concluir que a ação do Estado está longe de encerrar um sentido unívoco. Antes, deixa antever que o desfecho desses processos resulta de um somatório de vontades e de interpretações diversas, a partir de um conjunto de premissas que se vão metamorfoseando no tempo.

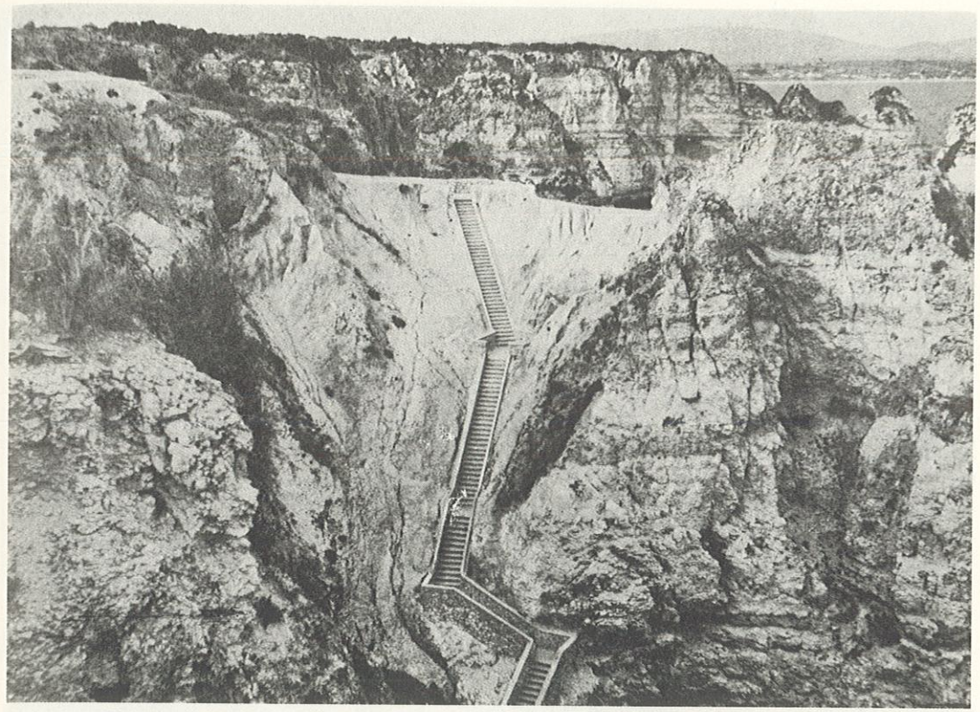


[Fig. 1] Pontão de Passô-Ovar (Aveiro), *Obras Públicas concluídas em 1962* (entre pp. 52-53)

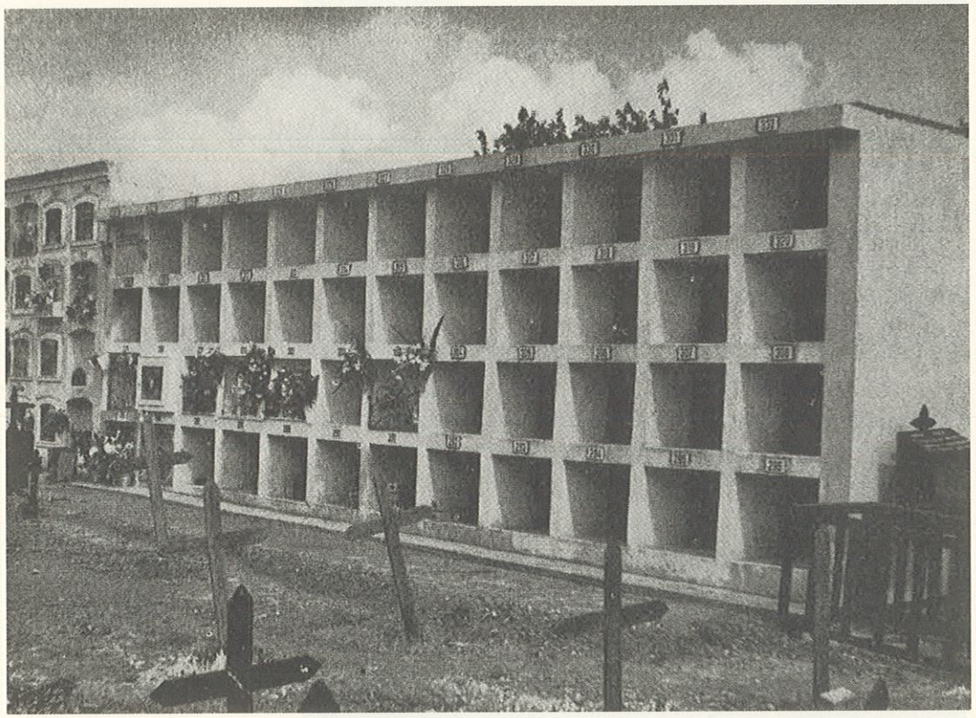




[Fig. 4 a | b] Beneficiação de arruamentos na zona histórica da vila de Monção (Viana do Castelo), *Obras Públicas concluídas em 1968* (entre pp. 118-119)

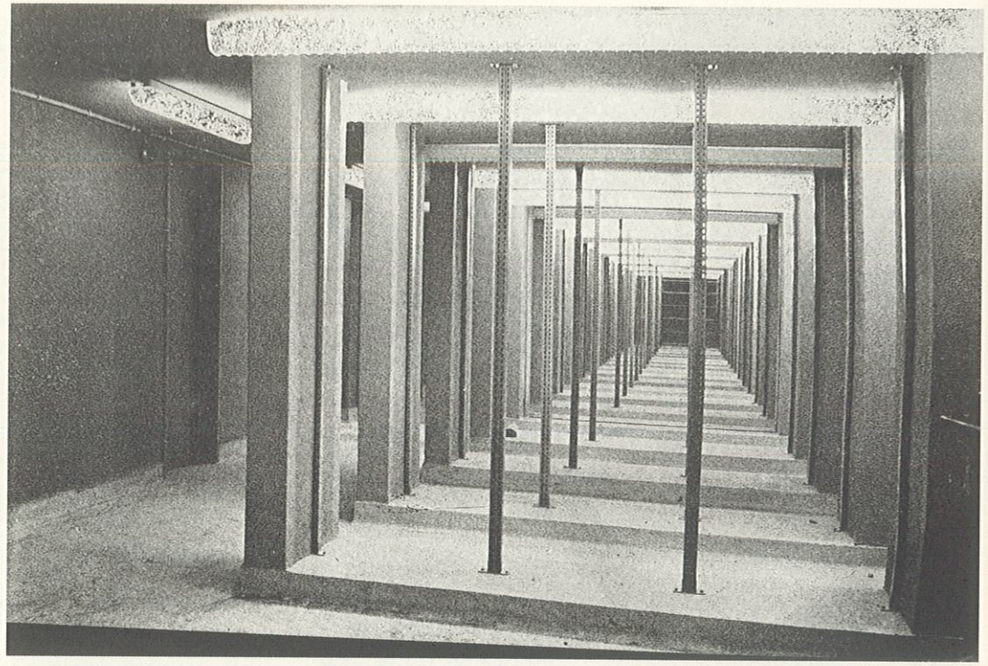


[Fig. 5] Escadaria de acesso à ponte da Piedade – Lagos (Faro), *Obras Públicas concluídas em 1964* (entre pp. 102-103)

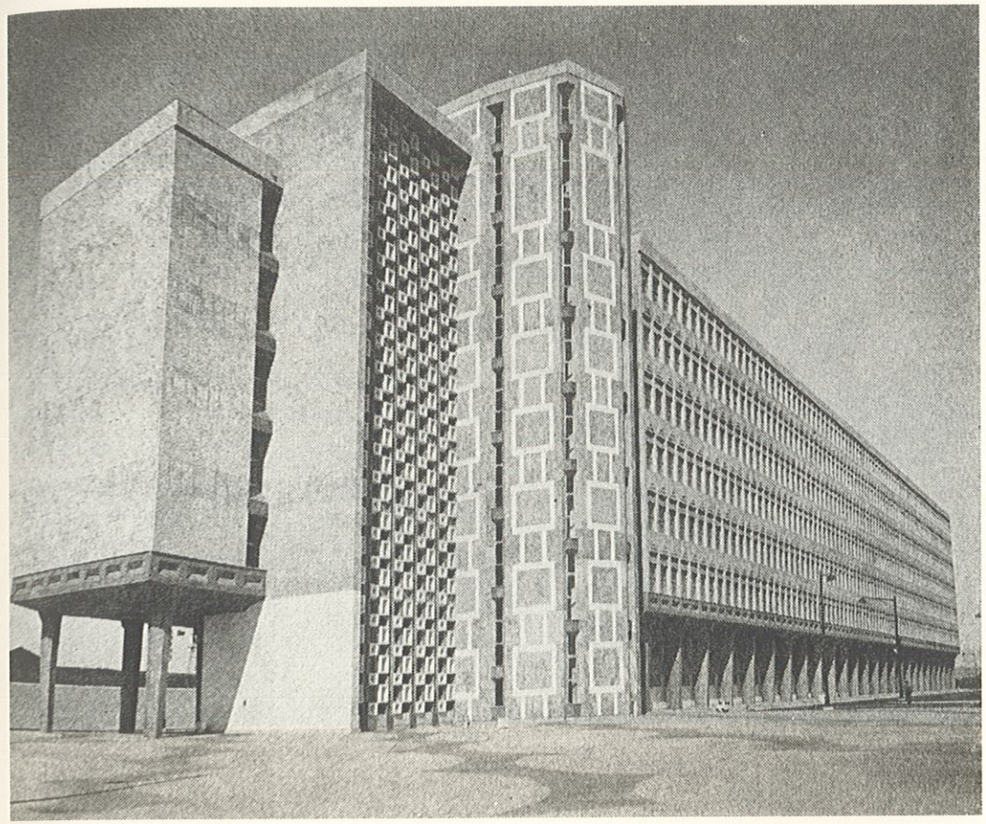


[Fig. 6] Construções de catacumbas no cemitério de Conceição de Tavira (Faro), *Obras Públicas concluídas em 1971* (entre pp. 133-134)

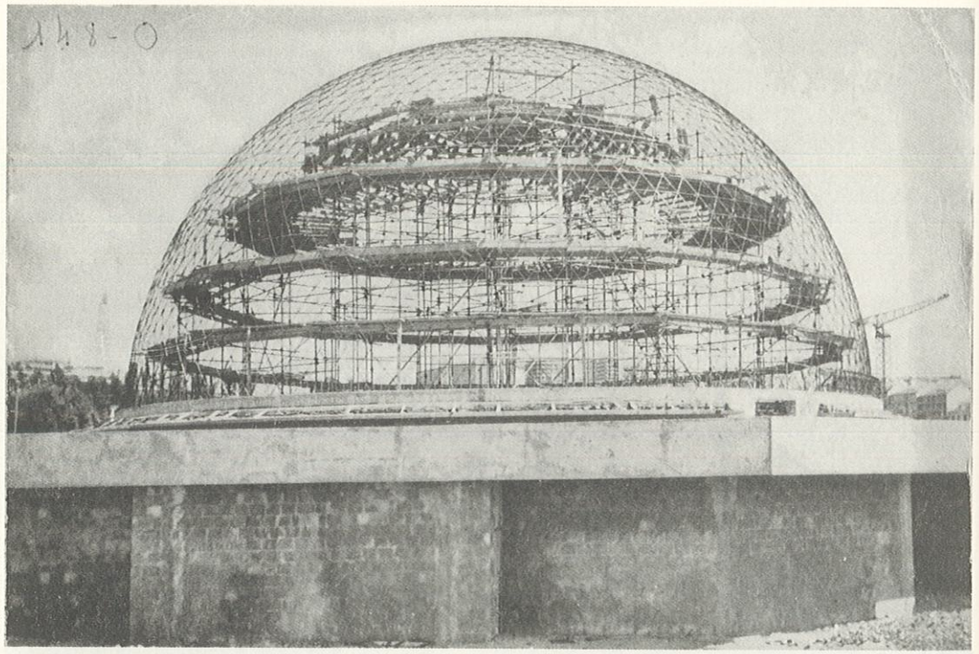
[Fig. 7] Abastecimento de água ao sector oriental de Lagoa (Faro) *Obras Públicas concluídas em 1969* (entre pp. 151-152)

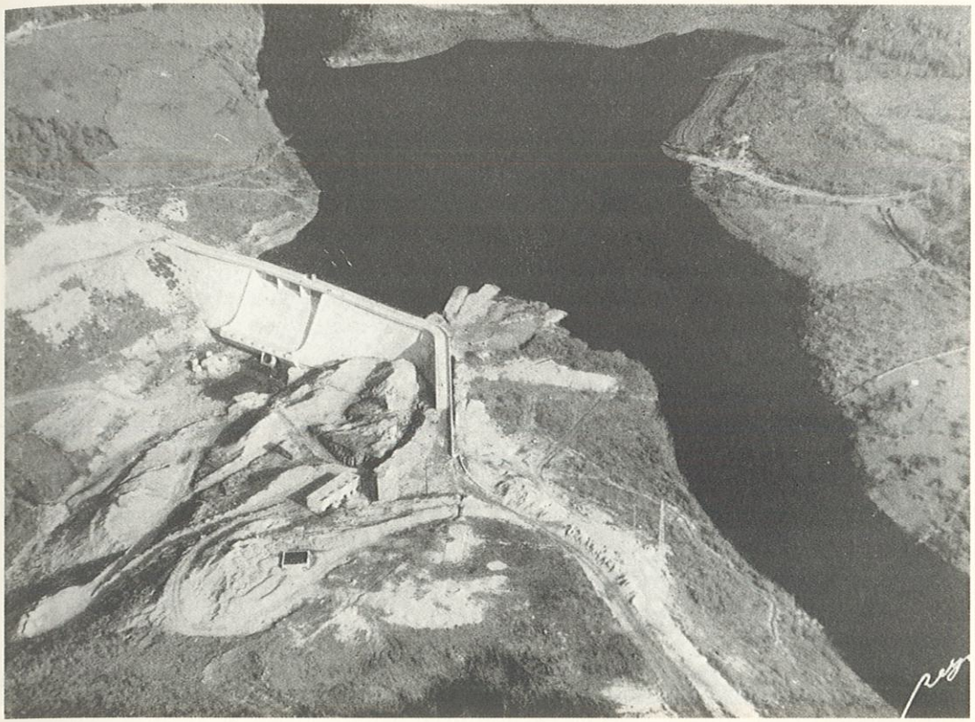


[Fig. 8] Silo de livros, Biblioteca Nacional (Lisboa), *Obras Públicas concluídas em 1965* (entre pp. 158-159)



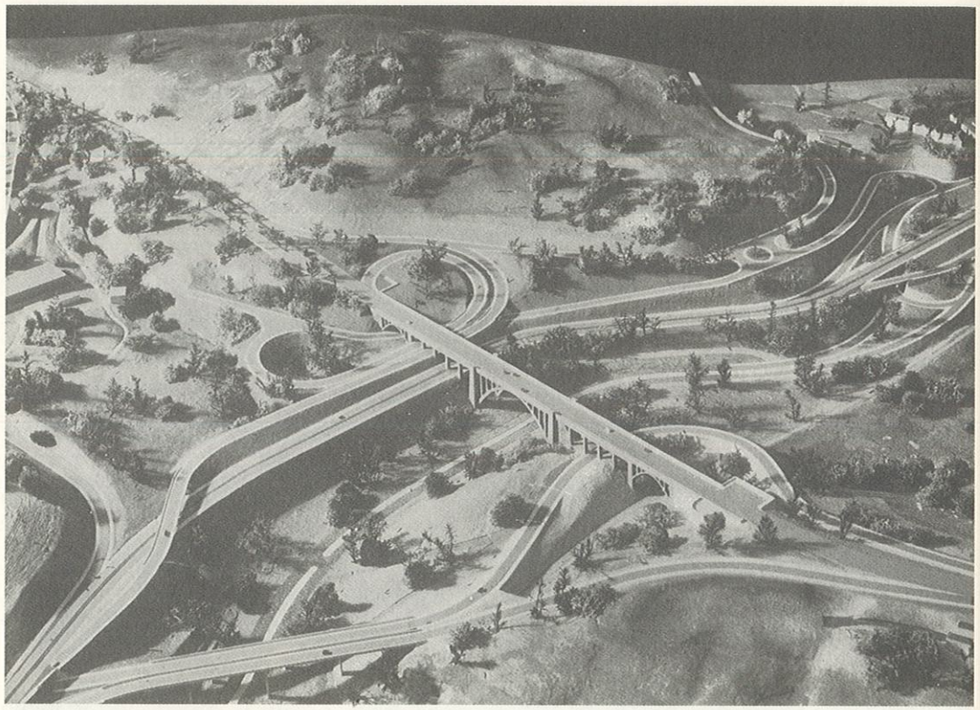
[Fig. 9] Aspeto da fachada principal do Tribunal, Palácio da Justiça (Lisboa), *Obras Públicas concluídas em 1970* (entre pp. 125-126)





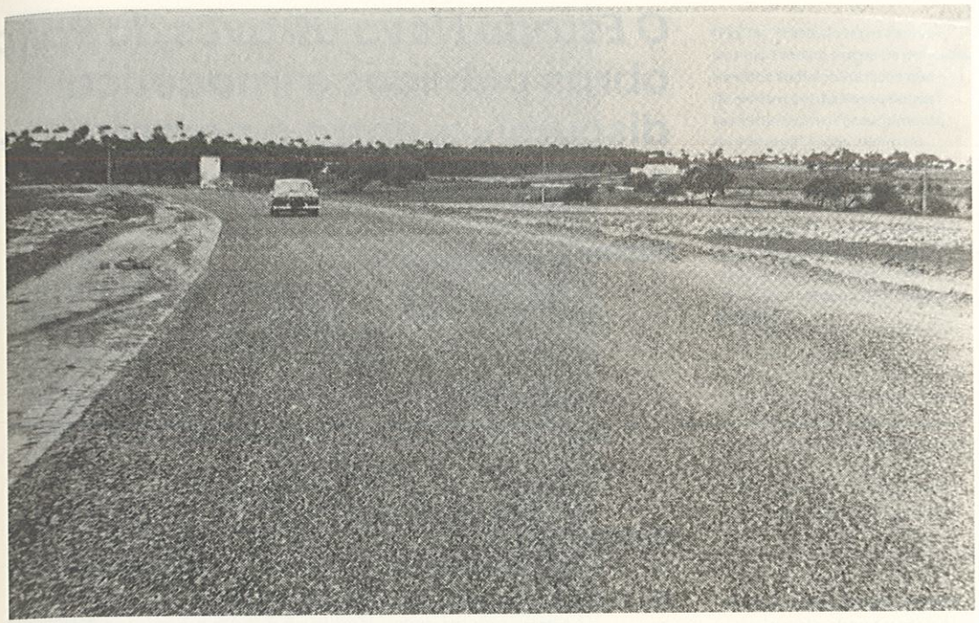
[Fig. 10] Planetário Calouste Gulbenkian, Centro Científico e Cultural integrado no Museu da Marinha (1965), *Melhoramentos em execução e a inaugurar entre 27 de Abril e 28 de Maio de 1965*

[Fig. 11] Aproveitamento hidroelétrico do Alto Rabagão – Barragem do Alto Cávado (Vila Real), *Melhoramentos em execução e a inaugurar entre 27 de Abril e 28 de Maio de 1965*



[Fig. 12] Pormenor do acesso norte à Avenida Duarte Pacheco e autoestrada do Estoril, acessos à Ponte sobre o Tejo (maquete), *Melhoramentos em execução e a inaugurar entre 27 de Abril e 28 de Maio de 1962*

[Fig. 13] Acesso ao Aeroporto de Faro, E. N. 125-2, *Melhoramentos em execução e a inaugurar entre 27 de Abril e 28 de Maio de 1965*



Representações de Poder do Estado em Portugal e no Império (1950-1974)

Editores
Fátima Moura Ferreira
Eduardo Fernandes

Textos por
Antonio S. Río Vázquez
Christian von Oppen
Eduardo Fernandes
Elisiário Miranda
Fátima Moura Ferreira
Márcia C. F. Oliveira
Natália Pereira
Rui Pereira
Vanda Maldonado

Coordenação editorial
Pedro Baía

Design gráfico
Rita Castilho

Editora
Circo de Ideias - Associação Cultural
www.circodeideias.pt

1ª edição
2019

Capa
Nuno Oliveira

Impressão e acabamentos
Sersilito – Empresa Gráfica

ISBN
978-989-99184-7-4

Depósito legal
458679/19

Apoio
Este trabalho tem o apoio financeiro do Projecto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 com o apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC) e o cofinanciamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), refª POCI-01-0145-FEDER-007528, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020 através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI).